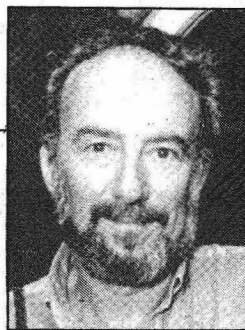


PRESIDENCIÁVEIS NA TV



Washington
Novaes

A vergonha da educação

Nos programas de domingo à noite no horário eleitoral gratuito, candidatos de pelo menos seis partidos — PDS, PSDB, PMDB, PRN, PN e PDT trataram das questões relacionadas com a educação, a propósito do Dia do Professor.

Anunciaram muitas providências que tomarão, se se elegerem, como o candidato Collor de Mello, que prometeu reduzir em 70 por cento o número de analfabetos (que, segundo o PMDB, já são 32 milhões). Mostraram, com o dr. Ulysses Guimarães, quadros terríveis como o de um município do Piauí, onde 80 por cento dos habitantes são analfabetos. Expuseram, como o programa do PSDB, o drama salarial dos professores (e aí aconteceu o ponto mais alto, com a professora Abelita, que mora debaixo de uma ponte, dando uma resposta ativa e perfeita: "Não acho vergonha morar debaixo da ponte; vergonhoso é o meu salário").

Ótimas intenções. Mas acontece que se formos esperar pela posse do novo presidente da República para mexer nesse quadro, chegaremos um pouco tarde, a situação já estará mais difícil. Porque — esquecem-se os candidatos — com a nova Constituição um presidente já não pode tudo; depende do Congresso Nacional. E se o orçamento mandado pelo atual Governo ao Congresso for aprovado como está, a situação educacional vai piorar muito.

De acordo com a proposta orçamentária, a despesa total da União em 1990 será de 338 milhões de cruzados novos. Só que 65 por cento desse total, ou 216 bilhões de cruzados novos, estão comprometidos com os chamados encargos financeiros da União.

Portanto, sobram apenas 118 bilhões, dos quais terão de ser descontados 15 para transferência a estados e municípios e 41 para a Previdência Social. Sobram 62 bilhões, cerca de 15 por cento do orçamento, para atender a todas as outras despesas, inclusive com educação, saúde, transportes, agricultura, Forças Armadas etc.

Para a educação mesmo serão apenas 6,55 bilhões, ou 2 por cento do orçamento. Para a saúde, 3 bilhões, menos de um por cento. Tanto para uma como para outra, menos, percentualmente, que em 1989. Para a educação, menos 40 por cento, embora esteja dentro dos limites mínimos constitucionais.

Sendo assim, se os presidenciáveis estão mesmo preocupados com a educação ou a saúde, vão ter de começar a agir muito antes, agora mesmo, durante a campanha. Precisaram mobilizar suas bancadas no Congresso, para tentar reverter essa situação.

Como diria o falecido governador Negrão de Lima, o quadro "é grave e, sem hipóbole, terrível". Ainda nos jornais do fim de semana apareceram notícias sobre alguns rombos nas finanças do Governo. Só para tapar buracos no Fundo de Compensação de Variações Salariais (que acaba de pagar os débitos do Sistema Financeiro da Habitação quando se esgota o prazo contratual), serão necessários em 1990 cerca de 100 milhões de dólares (mas o rombo

potencial do fundo já é de pelo menos 5 bilhões de dólares). Para cobrir a diferença entre a inflação real e a correção monetária cobrada pelo BNDES de empresários, mais 750 milhões de dólares (e o rombo total seria de 4 bilhões de dólares em recursos sacados no PIS-PASEP).

O FUTURO DE BRIZOLA

Por um problema técnico na edição de domingo, em que foram analisadas as campanhas de TV e as perspectivas dos principais candidatos, ficou faltando a parte final do nosso comentário sobre Leonel Brizola.

Depois de lembrar que Brizola parecia muito preso a questões do passado, principalmente o trabalhismo e os apoios à ditadura, dizia-se, mas ficou faltando:

"Além disso, Brizola parece confundir repúdio ao abandono do Plano Cruzado — que é fortíssimo entre o povo — e repúdio ao Plano Cruzado em si, que foi apenas dele, Brizola. O eleitorado, ao contrário de Brizola, desde o primeiro momento apoiou entusiasticamente o Plano, que pelo menos congelava a distribuição da renda a partir dali e estancava as perdas salariais. Os cidadãos indignaram-se com o Presidente da República, seus ministros e o PMDB exatamente porque eles não sustentaram mais tempo o Plano Cruzado, abandonaram-no, permitiram que se reinstalasse o processo de transferência de renda via inflação e perdas salariais.

A insistência de Brizola em seu repúdio ao Plano não deve, portanto, ter-lhe trazido rendimentos no eleitorado. Ao contrário.

Enquanto insistia nesses caminhos, o candidato do PDT desprezava as possibilidades da TV, da informação via TV. Levou semanas para mostrar (só falava, só mencionava) o que é um CIEP, como funciona, o que proporciona às crianças. Esqueceu-se de que sua experiência administrativa só é conhecida no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, que o tiveram como governador. Não mostrou o que fez ali e que lhe assegura um apoio tão expressivo dos dois eleitorados. Preferiu consumir a maior parte do tempo em cenas de comícios e em suas falas antiditadura, nacionalistas, estatizantes.

Só na última semana o candidato do PDT pareceu despertar para isso. Começou a mostrar os CIEPs e as razões do apoio que tem nos dois estados mencionados. Por esses novos caminhos, que substituem a retórica pela informação, pode ser que volte a crescer".

MALUF, COLLOR E A DÍVIDA

Os candidatos Paulo Maluf e Collor de Mello fizeram discursos fortes sobre um mesmo tema nos últimos programas do horário eleitoral gratuito.

Maluf referiu-se ao subsecretário do Tesouro norte-americano, que teria sugerido ao Brasil, durante sua visita ao País, que não deixe de pagar os juros da dívida externa, sob pena de sofrer retaliações. "Ele teve sorte — disse o candidato do PDS — que o presidente

da República não era Paulo Maluf. Porque eu teria lhe dado 24 horas para deixar o País, ou então seria expulso".

Collor, ao apresentar seu programa de governo, mostrado pela TV na sexta-feira à noite, questionado pelo correspondente do *Washington Post* — que queria saber como poderá retirar os avais do governo às dívidas contraídas no exterior, já que esse aval faz parte dos acordos assinados pelo governo com os banqueiros — também foi muito duro: "Isso é uma submissão nojentíssima, uma coisa abjeta", só é possível, segundo ele, numa "droga de governo como este".

Volta-se ao tema do primeiro comentário. Os dois candidatos poderiam estar mais bem informados a respeito do que está acontecendo no Congresso Nacional. Ali já foi aprovada — está nos jornais de domingo — uma resolução estabelecendo regras para os futuros negociadores da dívida. Eles não poderão mais aceitar diversas condições que constam dos acordos com os banqueiros desde 1982.

LULA E A ECOLOGIA

O candidato do PT não tem sido feliz em suas incursões pelo terreno da ecologia, no horário eleitoral gratuito.

Na sexta-feira, piorou. Primeiro, depois das imagens de seu passeio pelo Pantanal mato-grossense, levantou a possibilidade de tombar todo o Pantanal.

ora, só a área inundável do Pananal Sul e Norte está próxima de 150 mil quilômetros quadrados, toda ocupada por propriedades privadas, por fazendas. Como tombar? E se tombar, como fazer para que nada seja tocado em centenas ou milhares de fazendas que criam e engordam bois? Não será por aí que se preservará o Pantanal.

LEMBRETES

O ex-governador de Alagoas faz escola em matéria de imagens de comícios. Agora, também Maluf e Covas atravessam a multidão dos comícios, para obter imagens "quentes", entusiasmadas.

Outro que faz escola: Affonso Camargo. Agora, os programas do PMDB, do PDS e o do PRN também pedem que os eleitores telefonem e dêem sugestões. Collor até apareceu em um dos programas na "Central Disque Collor", atendendo a um telefonema.

O candidato Afif Domingos, anunciando seus próximos comícios, incluiu a cidade de Araguari, MG, no território de Goiás. Cuidado, deputado. Muita gente do Triângulo Mineiro até anda querendo separar-se de Minas. Mas não é para aderir a Goiás.

Afinal, o PV acertou uma, os bichos falando "Gabeira, Gabeira", e o candidato pedindo: "Os bichos não votam. Vote por eles". Criativo, eficiente. Em 15 segundos.

Ficou estranho o candidato Mário Covas lendo um discurso em palanque de campanha. E também pegou mal no seu programa usar o gol do Brasil contra a Itália, só porque o técnico Lazaroni apóia o candidato do PSDB.